

Brasil em transe: O estado de exceção permanente em Glauber Rocha e Giorgio Agamben

Vinícius Fernandes Silva¹
Marco Bettine²

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política. Bolsista Capes.

e-mail: vinicius.fernandes.silva@usp.br

² Professor Associado da Universidade de São Paulo - Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP. Professor do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

e-mail: marcobettine@usp.br

**Resumo**

Terra em transe (Brasil, 1967), de Glauber Rocha, mostra a realidade da política brasileira, “em transe” há 50 anos. Em ano de lembrança e de luta pelos 50 anos do AI-5, buscamos nesta pesquisa discutir o filme *Terra em transe*, obra central do período do Cinema Novo, que cumpriu e cumpre um papel revelador do período militar, caracterizado pelo estado de exceção e, principalmente, seguindo o pensamento de Giorgio Agamben, pela permanência do estado de exceção em meio ao estado democrático de direito.

Palavras-chave: *Terra em transe*; estado de exceção; Cinema Novo.

Abstract

Entranced Earth (*Terra em transe*, Glauber Rocha, 1967) shows the brazilians' politian reality “entranced” for 50 years. In a year of memory about 50 years of AI-5, we are looking for on this search discuss the film *Entranced Earth*, like the central work of the Cinema Novo, that plays an important revealing role of military period, characterized by state of exception and, mainly, following the thought of Giorgio Agamben, for the remain of the state of exception in between of democratic state of law.

Keywords: *Entranced Earth*; *Terra em transe*; Estate of exception; Cinema Novo.

Cinema e Realidade

A relação entre cinema e realidade foi primeiramente observada por Siegfried Kracauer (1988), em *De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão*, no qual que analisou as produções do expressionismo alemão da década de 20, partindo do filme *O gabinete do Dr. Caligari* (Alemanha, 1920), do cineasta Robert Wiene, repleto de figuras como monstros, vampiros, loucos, sonâmbulos e assassinos, que representavam o reflexo de uma sociedade que pedia pela tirania, pelo autoritarismo. Para o autor, o cinema pôde antever o nazismo em uma década. Hoje, há inúmeras pesquisas que tratam o cinema como arte de desvelar e revelar aspectos interessantes da realidade (DELEUZE, 2007; GOMES; CAMINHA, 2016; HAMBURGER, 2007; PINTO, 2006).

Kracauer (1988) analisa o cinema alemão dos anos 1920 até a ascensão do regime nazista, demonstrando que o cinema foi capaz de evidenciar o imaginário alemão, ou como a sociedade pensava e sentia após a derrota na Primeira Guerra Mundial. O expressionismo alemão era a demonstração do inconsciente de sua sociedade, produto da situação política vivida. No cinema, essa percepção pode ser amplamente divulgada.

No centro das características dos filmes expressionistas estão as frustrações e agressões, além de toda a atmosfera pessimista que procura por uma nova ordem e um líder forte. Kracauer utiliza os filmes do período para entender as tendências psicológicas predominantes na sociedade pré-nazismo, “os filmes de uma nação refletem a mentalidade desta” (KRACAUER, 1988: 17). Para o autor, o cinema é o espelho que mostra a realidade das camadas mais profundas da mentalidade coletiva, fora do alcance da consciência, e portanto, ao gravar o mundo “visível”, o cinema também grava todo o processo do inconsciente social, proporcionando a análise e entendimento das questões ocultas.

Os filmes da Alemanha pré-nazista revelam um sintoma social, um meio para tratar as derrotas do pós-guerra, do tratado de Versalhes que infligiu perdas econômicas e impossibilitou a retomada do crescimento, além de publicizar o imaginário inconsciente alemão da figura coletiva que se criava para a ascensão de um tirano, presente nos filmes, como Hitler.

Jean Patrick Lebel (1989), em *Cinema e Ideologia*, demonstra a influência da ideologia dominante na sociedade na produção de filmes, assemelhando-se ao pensamento de Kracauer. Contudo, Lebel coloca a importância da ideologia dos realizadores do filme, capaz de modificar a realidade descrita na câmera. Isso significa que não são importantes apenas as imagens captadas pela câmera, mas também a linguagem do filme, e os recursos estéticos são fundamentais para compreender a mensagem traduzida nos filmes.



Os pensamentos críticos de análise do cinema como objeto e método de pesquisa para a reflexão sobre questões sociais, políticas e econômicas, a partir da visão de Kracauer e Lebel, trazem elementos para a compreensão dos papéis problematizadores de um filme e serão essenciais para a discussão do filme brasileiro *Terra em Transe*, de Glauber Rocha, dentro do contexto do Cinema Novo, evidenciando as origens do período militar que se seguiria e a perpetuação de um estado de exceção em meio ao estado democrático de direito.

No Brasil, o Cinema Novo, movimento cinematográfico inspirado na cultura brasileira e preocupado em problematizar questões sociais, iniciou o debate sobre a realidade social brasileira, pensando o contexto social e militando para modificá-lo.

O filme nacional tem outro efeito. Ele é oriundo da própria realidade social, humana, geográfica etc. em que vive o espectador; é um reflexo, uma interpretação dessa realidade (boa ou má, consciente ou não, isso é outro problema). Em decorrência, o filme nacional tem sobre o público um poder de impacto que o estrangeiro não costuma ter. Há quase sempre num filme nacional, independentemente de sua qualidade, uma provocação que não pode deixar de exigir uma reação do público. (BERNARDET, 2007: 32)

O período marcou o papel do intelectual à frente do profissional do cinema, com engajamento ideológico e uma nova estética, rompendo a alienação e os padrões reproduzidos no mercado. Glauber Rocha, considerado o principal ícone do Cinema Novo, buscava a antítese do cinema industrial, contrariando esteticamente os filmes realizados no país, combatendo os filmes meramente de mercado. Assim, enriquecia o filme ao expor a realidade de miserabilidade crônica, chamando à atenção e conscientizando na busca de um cinema ideológico (CARVALHO, 2017; RAMOS, 2007; SENNA, 1979; SILVEIRA, 1998; SIMONARD, 2006; XAVIER, 1983, 2001). Jean-Claude Bernardet, teórico, crítico e cineasta brasileiro, sintetiza o cenário que os cinemanovistas encontraram no cinema nacional:

A situação brasileira, em relação a cinema, é um típico exemplo de alienação. A atividade cinematográfica no Brasil, no plano comercial e cultural, tem sido no sentido de afastar-se de nós próprios. A realidade brasileira só limitada e esporadicamente recebeu tratamento cinematográfico. O público não pôde entrar em contato com o cinema brasileiro, e só entrando em diálogo com o público e dando continuidade a seu trabalho os cineastas poderão construir uma cinematografia. (BERNARDET, 2007: 34)

O cinema, segundo Ismail Xavier (2003), tem a capacidade de tornar visível uma certa inquietação da sociedade, trazendo à tona histórias, contos e problemas

muitas vezes não perceptíveis, ou não expostos nas agendas governamentais. Essa também é a conclusão a que chegou Siegfried Kracauer que, analisando o expressionismo do cinema alemão dos anos 1920, afirmou que o cinema era provido da capacidade de desvendar um sintoma social. No caso dos filmes expressionistas produzidos na Alemanha dos anos 1920, o autor afirmou que havia neles uma clara previsão da ascensão ao poder de uma figura política e liderança social como Hitler.

Kracauer (1988) ressaltou a capacidade do cinema de transmitir experiências que evocam uma possibilidade de percepção concreta dos fatos vividos. Para o autor, ainda que o cinema não esteja necessariamente disposto às ideologias, pode-se considerá-lo um veículo importante para a compreensão da sociedade e da realidade exposta. Ainda para o autor, o cinema utiliza todos os recursos técnicos para passar para a tela a complexidade vivida em sociedade. Desse modo, Kracauer parece apontar que as obras audiovisuais, no caso o cinema, têm uma vocação revelatória, que lhes permitiria vislumbrar questões que ultrapassam a consciência imediata e certas dimensões da realidade, trazendo à tona e problematizando temas e questões que, muitas vezes, não são vistos, ou que são ignorados.

Segundo José Filipe Costa (2006) a partir do estudo de Kracauer, a câmera é capaz de capturar os mínimos detalhes muitas vezes não visíveis, e assim dá luz a temáticas de horror congeladas pelo olhar imperturbável da câmera. Nesta leitura, “o cinema é um observador consciente e sem inibições perante os horrores humanos ou a crueza de manifestações naturais, como inundações, incêndios, dores ou cenas sadomasoquistas que perturbam a sensibilidade” (COSTA, 2006: 220). Evidencia-se aí a capacidade do cinema de dialogar com a conjuntura social, política e econômica até em seus lados mais obscuros e difíceis de problematizar.

O estado de exceção

O conceito de estado de exceção da filosofia política moderna tem no filósofo italiano Giorgio Agamben a base teórica capaz de traduzir a realidade brasileira. O pensamento de Agamben percorre os conceitos de Arendt, Foucault e Schmitt sobre a coerção do Estado e os mecanismos burocráticos para a perpetuação ideológica da classe dominante.

O estado de exceção contemporâneo é um instrumento biopolítico que demarca duas sociedades. Segundo Foucault (2015), a primeira parte detém direitos, pois é o corpo sadio do controle social, enquanto a parte “podre” pode ser eliminada. Pensando na realidade brasileira, podemos ver o aparato repressivo em favelas e comunidades carentes, nas quais ocorre o genocídio. Foucault destaca a existência do biopoder, que seria a apropriação do corpo pelo Estado no discurso de defesa da vida, como justificativa para controlar, normatizar, disciplinar e docilizar a vida em sociedade. Contudo, o conceito, que vem da biologia e teve origem nos estudos da

saúde pública, evidencia o viés negativo. Ao disciplinar o corpo como uma máquina-parte do Estado, regulando as populações a partir do cuidado biológico, inverte-se o conceito de Estado, pois coloca-se em primeiro plano a lógica biológica e não a jurídica.

Arendt (2004) parte do princípio de incerteza da ação humana como o fator que demarca o homem livre. A filósofa alemã entende que a liberdade de ação do ser humano é o que o possibilita viver na pluralidade. Contudo, o totalitarismo, a partir da imposição de normas e regras, liquida essa condição humana natural, principalmente a partir da banalização do terror.

Outro pilar do pensamento de Agamben é o conceito de soberania do jurista alemão Carl Schmitt. Para ele, o soberano é o ator capaz de decidir sobre uma situação de exceção, portanto, é a figura acima da norma jurídica que impõe sua vontade, criando um momento de suspensão em que a exceção ganha validade, já que é a situação resultante (SCHMITT, 1988).

Schmitt identifica que o decreto de exceção à regra ocorre em momentos de conflito, em situações-limite, de crise, porém, não se sabe ao certo o momento em que a regra deixa de existir para entrar a exceção. Portanto, essa indeterminação constante do processo decisório do soberano torna a exceção, a regra, e a regra, a exceção, pois é subjetivo qualificar o momento de decisão em uma situação-limite, denotando o poder de uso e abuso do soberano frente à norma estabelecida ao seu livre arbítrio.

Agamben aponta o estado de exceção permanente como a realidade biopolítica da atualidade, porém é importante ressaltar que o conceito, em sua origem, não é filosófico. O estado de exceção é um dispositivo criado pelo direito, especificamente, pela Assembleia Constituinte Francesa, em 1791, com a denominação de estado de sítio, para suspender a ordem vigente em casos de extrema necessidade. O termo técnico tem outras denominações em distintas democracias pelo mundo, como *martial law*, mas sempre com a finalidade de suspensão da ordem jurídica.

Agamben aponta o conceito como o atual paradigma de governo, em que ocorre uma indeterminação jurídica entre os regimes totalitário e democrático. Esta incerteza possibilita o surgimento de uma guerra civil legal, permitindo a morte de adversários políticos ou populações inteiras que, por qualquer motivo, não fazem parte do sistema político dominante.

A complexidade do tema está principalmente em como regular por lei algo que está acima da norma e coloca em questão a validade e a legitimidade do ordenamento jurídico, já que ele pode ser suspenso a qualquer momento.

A relação de causa e efeito para que um Estado atue fora dos mecanismos dispostos juridicamente, suspendendo o direito, está sempre ligada ao fator de segurança. Sempre em nome da paz, da ordem e do combate à violência, o governo é movido a agir fora da lei. Agamben entende a segurança como paradigma de

governo, em que exceção não é um acontecimento necessário para estabelecer a ordem, mas um mecanismo de controle para governar.

No estado de exceção, segundo Agamben, há um espaço de ausência total de direitos, uma anomia total. “O estado de exceção não é uma ditadura, mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas estão desativadas” (AGAMBEN, 2004: 84). O filósofo entende como estado de exceção a coexistência do estado de direito com o funcionamento de estruturas não formalizadas juridicamente. Este cenário evidencia espaços políticos de indeterminação, nos quais não se sabe quando funciona o direito e quando se está exposto à ausência dele.

Como apontado por Foucault, o Estado biopolítico tem poder arbitrário sobre a vida da população, cabendo ao soberano o monopólio da decisão a respeito da vida. O soberano é a figura que decide qual vida é descartada, é insignificante, qual vida não pode ter uma existência política, qual vida humana não é humana, pois é o chefe do comando de “paz”, o estabelecedor da “ordem”, e combate a violência em nome da democracia e liberdade.

Agamben constata que o poder estatal institucionalizado sempre decidiu sobre a vida, e, cada vez mais, o tema está no centro decisório do Estado.

O filósofo introduz a figura grega do *homo sacer*, não pelo seu significado no estudo do direito, que tem divergências, mas pela metáfora que carrega. O *homo sacer*, resumindo, é a vida descartável que excede o direito, ou seja, a vida insignificante que não carrega direitos, podendo ser morta sem que isso seja qualificado como homicídio.

O *homo sacer* é o ser humano excluído das relações políticas, excluído da comunidade política. Representa, hoje, o indivíduo à mercê do tráfico ou das milícias urbanas, o indivíduo encarcerado privado de qualquer humanidade, o indivíduo torturado em Guantánamo, os indivíduos em diversas outras situações que, por algum motivo, são qualificados como de segunda categoria, cidadãos abandonados de vida significativa. (AGAMBEN, 2012)

O conceito de “vida” para os gregos aponta para dois significados importantes no estudo de Agamben. Segundo Arendt, o primeiro é o *zoé*, entendido como o simples fato de viver, comum a todos os seres vivos, demarcado por um começo, o nascimento, e por um fim, a morte. O segundo é o *bios*, definido como a forma politicamente ativa da vida humana, que ocupa os espaços públicos e interage.

Para Agamben, a dicotomia política de Carl Schmitt entre amigo/inimigo, na verdade, é entre *zoé/bios*. O filósofo entende a *zoé*, vida nua, como o núcleo originário do poder soberano, assim, toda vida nua é politizada por estar diretamente ligada à lógica biopolítica. Então *zoé/bios* é a vida nua/existência política, exclusão/inclusão, levando, na lógica do poder soberano, uma vida que pode ser excluída, eliminada. Portanto, a principal relação política está entre a vida

insignificante, irrelevante, e a vida politizada dotada de direitos. O *homo sacer* seria o zoé, a vida nua, exilada, irrelevante, banida, o que para Agamben ameaça toda a teoria de contrato social na fundação do Estado.

Agamben complementa o conceito de soberano como aquele acima de todos os outros humanos, que são potencialmente *homines sacri*. Portanto, o soberano tem o monopólio da decisão de decretar para quem o direito existe ou não, de dizer quem é cidadão e quem não é. Nos termos de Agamben, a vida nua que se tornará política e a vida nua que é descartável, criando uma cidadania de segunda classe.

O estado de exceção permanente, na prática, está no discurso militarizado em defesa da paz na guerra ao terror, categorizando as vidas dotadas de direito contra as vidas sem direito humano algum, expressas na figura do “terrorista”. Como na invasão norte americana ao Afeganistão, com o objetivo de matar o maior número possível de “terroristas” e restabelecer a “paz”. Agamben compara o espaço físico aos campos de concentração nazistas, em que a vida que habitava aquele espaço político vivia privada de qualquer humanidade, um vazio jurídico que encontramos no Afeganistão ou nas favelas brasileiras.

O estado de exceção, hoje, atingiu exatamente seu máximo desdobramento planetário. O aspecto normativo do direito pode ser, assim, impunemente eliminado e contestado por uma violência governamental que, ao ignorar no âmbito externo o direito internacional e produzir no âmbito interno um estado de exceção permanente, pretende, no entanto, ainda aplicar o direito. (...) o que está em questão agora são os próprios conceitos de “estado” e de “direito. (AGAMBEN, 2004:131)

A grande contribuição de Agamben aponta para o fracasso do modelo político moderno, a existência de um cidadão integrado à comunidade política, que detêm direitos, e do *homo sacer*, que é um ser humano desqualificado de direitos, retomando o pensamento de Hannah Arendt sobre a ilusão ou ineficácia da universalização dos direitos humanos, além de demonstrar que o processo ocorre em espaços físicos marcados pela anomia total de direitos.

O filósofo Slavoj Zizek compartilha de uma visão ainda mais pessimista, a partir do pensamento de Agamben, para o qual, segundo ele:

Não existe espaço para o projeto “democrático” de “renegociar” o limite que separa o cidadão de pleno direito do Homo Sacer ao permitir que, gradualmente, sua voz seja ouvida; (...) o próprio espaço público democrático é uma máscara que esconde o fato de, em última análise, sermos todos Homo sacer. (ZIZEK, 2003:120)

Terra em transe

Considerando as reflexões postas por Agamben (2004) é possível afirmar que o estado de exceção não findou com a abertura democrática, mas permanece até os dias atuais. Poderíamos, então, olhar para *Terra em transe* e encontrar elementos “preditores” do futuro próximo - e distante - do lançamento e difusão da obra?

O cineasta e psicanalista Tales Ab'Saber (2010) observa que o filme tenta “esquadrinhar em profundidade os erros e ambivalências da esquerda derrotada”, como o governo de João Goulart, anti-imperialista com enorme respaldo social em suas reformas de base que nunca saíram do papel, pois sofreu o golpe militar antes de implementá-las. Ab'Saber entende que Glauber tenta desenhar no filme uma “tese sobre a forma do andamento da história em um país periférico”, como o Brasil, país de origem colonial, espoliado em seus recursos naturais, com desigualdade social e de renda e o último país americano a abolir a escravidão.

Terra em transe retrata a história de Paulo Martins, poeta, jornalista e conselheiro político que participou diretamente do conturbado cenário político da fictícia República de Eldorado.

A história começa no Palácio do Governo de Alecrim, província de Eldorado, em que Felipe Vieira é o governador prestes a tomar um golpe militar. Vieira diz: “O sangue do povo é sagrado”, negando o enfrentamento armado proposto por Paulo e por seu chefe das Forças Armadas. O trecho faz referência ao golpe militar sofrido pelo presidente brasileiro João Goulart, em primeiro de abril de 1964. Na ocasião, o líder popular foi deposto, e mesmo com o apelo de governistas e militares fiéis ao presidente, “Jango” não embarcou na luta armada, afirmando não querer derramar o sangue do povo brasileiro.

Após a rejeição de Vieira, Paulo decide seguir na luta armada, fugindo com Sara, assessora do político, mas logo é interceptado em uma barreira policial e é alvejado, o que inicia uma retrospectiva dos fatos até aquele momento.

A retrospectiva começa com a comemoração da eleição ao Senado de Porfírio Diaz, personagem de Paulo Autran, político conservador que tem como aliado o poeta Paulo Martins. Diaz pensa em promover seu amigo na política, mas Paulo, incomodado com o paternalismo da relação, decide seguir o próprio caminho e rompe com o senador.

Paulo trabalha como jornalista em um veículo de imprensa, e é procurado no local de trabalho por Sara, militante na campanha de Vieira para o governo de Alecrim. Sara e Paulo iniciam um romance enquanto trabalham pela eleição de Vieira, e ambos mantêm um pensamento crítico político que identifica a miséria da população como o maior problema da nação.

Vieira é eleito governador de Alecrim, mas com seu governo vem a decepção. O governador representa a crítica de Glauber à esquerda brasileira no poder, populista

e com a mensagem de representar o povo, porém uma grande farsa que continua a garantir interesses privados em vez dos direitos populares da campanha. Ele evidencia, assim, a relação espúria entre político candidato e político eleito.

Em Alecrim, surge uma disputa pela terra, os camponeses pedem ao governador o direito à moradia no local que habitam há mais de 20 anos, porém são reprimidos por Paulo. Posteriormente, enquanto Paulo e Vieira discutem a necessidade de uma ação, o governador toma partido dos ruralistas que financiaram a sua campanha, e o líder camponês é assassinado. O governador conclui com a “repressão policial” para a solução dos problemas.

O pensamento de Agamben pode ser observado nesse momento do governo de Vieira. O camponês é uma figura sem direito à moradia, privada de direitos humanos, o *homo sacer*, que acaba assassinado no campo, ambiente de anomia total da época. O soberano, Vieira, decide nesse momento entre *zoé/bios*, vida nua/existência política, qualificando os ruralistas financiadores de campanha como cidadãos portadores de direitos, enquanto os camponeses podem ser mortos e excluídos de qualquer humanidade.

A arbitrariedade da decisão do soberano em suspender o ordenamento jurídico com o uso do aparato da força do Estado, quando Vieira determina o uso da repressão policial para colocar em “ordem” Alecrim, demonstra a fragilidade das leis e normas da época, além da prevalência do político sobre jurídico.

Paulo rompe com o governo de Alecrim e retorna para a capital de Eldorado. Reencontra amigos, entre eles, Júlio Fuentes, o maior empresário do país, dono do jornal no qual trabalhava. Esse período demonstra a alienação de Paulo, causada pela frustração com a vida política. Contudo, Sara vai à sua procura com a intenção de reintegrá-lo no governo de Vieira.

Em nome do amor por Sara, Paulo retorna ao governo com uma missão peculiar. O poeta deverá trair seu ex-companheiro político, o senador Diaz, com a ajuda de Júlio Fuentes, no controle da imprensa nacional. O objetivo é atacar e difamar o senador, que se aproximou do presidente de Eldorado e poderá ser o próximo presidente.

O plano alcança seu objetivo e Paulo, com remorso, vai ao encontro de Diaz. A cena é marcada pelo desprezo do político aristocrata conservador com a população de Eldorado. Diaz esbraveja “lavei minhas mãos no sangue, mas nem tanto, fui humano (...) o sangue dos estudantes, camponeses, operários, [com] o sangue dos vermes, lavamos nossa alma, purificamos o mundo”, e Paulo responde, “você venderam tudo!”.

O discurso do senador, representante da classe elitista governante, é carregado do conceito de estado de exceção, que utiliza a biopolítica como regra do progresso. Este é o Estado burguês, que, segundo Arendt, retira direitos humanos caso sejam um empecilho para o seu avanço. Diaz também cita o *homo sacer*, que reaparece

categorizado, é o estudante, o camponês, o operário, que possuem a vida nua, sem direitos. Estes são alguns dos grupos mais reprimidos pela ditadura militar brasileira.

A cena seguinte, “Encontro de um líder com o povo”, é marcada pelos símbolos que representam toda a organização política do país do período militar até os dias de hoje. Vieira, Paulo, Sara e militantes estão em um comício de campanha para a disputa da presidência de Eldorado, e o candidato Vieira é rodeado pelo povo e acompanhado por um padre e uma figura com o estereótipo elitista, burguês, que realiza um discurso de Estado expansionista. Há, ainda, a apresentação de uma escola de samba, com todos no comício sambando. “Esse tableau desenvolve uma representação alegórica do populismo brasileiro como um carnaval, uma justaposição grotesca de figuras incongruentes dentro de um baile de máscaras que encena uma unidade de forças e interesses de fato incompatíveis” (XAVIER, 2012: 97).

Paulo, em tom pessimista com o caos da situação, diz “Vieira não pode falar, e por mais de um século, ninguém conseguirá”. Neste momento, um militante atira para cima, trazendo o silêncio total, e Sara chama o “representante do povo” para falar, “Jerônimo, você é o povo”. Jerônimo, líder sindical, realiza uma fala marcada pelo peleguismo em relação ao governo, o que irrita Paulo, que cala Jerônimo e lança a provocação: “Está vendo quem é o povo? Um imbecil, um analfabeto, um despolitizado. Já pensaram Jerônimo no poder?”.

No ápice da cena, surge um homem em trapos, o *homo sacer*, o autêntico representante do povo. Reagindo à provocação, o homem pede a palavra, vai até Jerônimo, retira as mãos de Paulo de sua boca e diz: “Com a licença dos doutores, seu Jerônimo faz a política da gente, mas seu Jerônimo não é o povo. O povo sou eu, que tenho sete filhos e não tenho onde morar”. Rapidamente o *homo sacer* é taxado, aos berros, de extremista, sendo enforcado em praça pública e morto com um tiro na frente de todos, enquanto a figura do burguês nega a existência da fome e do analfabetismo no país, que seriam “propagandas extremistas”.

A cena descrita evidencia a Igreja, representada pelo padre, e o burguês como participantes centrais da política brasileira. O burguês, ao realizar mais de um discurso, demonstra a ideia de Estado expansionista vigente, passando, caso necessário, por cima dos direitos humanos, “propagandas extremistas”, exatamente o que Arendt demonstra em seu pensamento sobre o Estado moderno burguês.

A frase de Paulo, “Vieira não pode falar, e por mais de um século, ninguém conseguirá”, representa o momento político do país de censura aos políticos, fato homologado pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2). Em outra leitura, através do pensamento de Kracauer, a função revelatória do cinema pode ser vista nesta fala, que intui sobre o prolongamento da censura no país durante todo o período militar, lembrando que, no momento da realização do filme, no início do governo militar, ainda não se sabia que o regime ficaria no poder por 21 anos e que a censura

pioraria nos próximos anos.

(...) o homem que se destacou da multidão para desfazer o teatro é punido exemplarmente, morto no ato, com toda a carga simbólica dos xingamentos de subversivo e por meio de uma montagem cênica de 'teatro de agressão': um segurança o amarra e lhe enfia o revólver boca adentro, o padre cobre o seu rosto com o crucifixo enquanto ouvimos tiros de canhão. (XAVIER, 2012: 99)

No restante da cena, há a possibilidade de trazer a teoria de Agamben através da figura do *homo sacer*. O Estado soberano elege na dicotomia vida nua/existência política quem é o cidadão e quem não é, portanto, o homem desprovido de direitos, sem moradia, o *homo sacer*, não tem voz política. Ao se expressar, é taxado como "extremista", e então, em nome da ordem, é morto pelo representante do Estado em plena praça pública. A política acima do ordenamento jurídico, o estado de exceção em ação.

Para Ismail Xavier (2012), o desenvolvimento geral da cena demonstra a falsa democracia existente em Eldorado, com a inclusão ou exclusão política restrita aos "donos do poder", ou, se nos reportarmos ao proposto no pensamento de Agamben, o funcionamento do Estado biopolítico, uma vez que o Estado delimita quem é dotado de direitos e quem é o corpo matável, e a consequência é a morte do *homo sacer*.

Após o comício, Vieira muda seu caráter populista e passa a ter grandes chances eleitorais ao identificar a necessidade de mudanças reais na sociedade, mas Diaz, financiado por empresas estrangeiras e apoiado pela imprensa, dá um golpe de Estado.

O filme retorna à cena inicial no Palácio do Governo de Alecrim. Paulo foge acompanhado de Sara, é baleado e morre sozinho nas dunas, empunhando uma metralhadora, enquanto Diaz é literalmente coroado, fazendo o discurso de estado de exceção: "Aprenderão, dominarei esta terra, botarei essas históricas tradições em ordem, pela força, pelo amor da força, pela harmonia universal dos infernos, chegaremos a uma civilização".

O final de *Terra em transe* é repleto de simbologias, com a morte do intelectual Paulo Martins, corpo que cai infinitamente no nada, em um vazio que nunca acaba, e a ascensão do ditador Porfírio Diaz ao poder. Diaz é coroado em cena, mostrando a ideia conceitual por trás do líder de um estado totalitário, em que a lei é o rei, é o soberano atuando de forma arbitrária com total referência ao uso da força. A vitória do ditador e o discurso de uso da força para impor a "ordem" unem Kracauer e Agamben, previsão e estado de exceção, na conclusão da história.

Glauber transmitiu, na conclusão de sua obra, a ascensão e perpetuação de um

estado de exceção no país. Com a coroação do soberano, que utilizará a força, em nome da ordem, até chegar a uma “civilização”, esta civilização dos dias de hoje em que coexistem o estado democrático de direito e mecanismos de exceção não formalizados juridicamente, o objetivo de desenhar a consciência simbólica nacional é atingido, “(...) observá-la [a *Terra em transe*] hoje é se deparar com a representação implacável do jogo do poder capaz de expor um quadro da cultura política brasileira que ultrapassa em muito aquela conjuntura específica” (XAVIER, 2012: 125).

O processo de desenhar a consciência de uma sociedade através da força e da violência obteve sucesso com o projeto de aliança entre os militares e a elite rica. A configuração de uma sociedade autoritária e violenta tem marcas de violações dos direitos humanos forçadas ao esquecimento, e só poderia originar uma democracia tutelada pela violência de um Estado que abdicou da dignidade humana em sua consciência de formação de uma sociedade democrática. Mundo que começa a cair em um vazio que nunca acaba, Paulo Martins representa a queda no vazio da sociedade brasileira, em transe a partir do golpe militar até os dias atuais, no estado de direito repleto de práticas de exceção. Diaz cumpriu com o que disse.

Brasil em Transe

Para o psicanalista Tales Ab’Sáber, o fato de o Brasil ser o único dos países submetidos às ditaduras latino-americanas da segunda metade do século XX que não puniu nem deu transparência às ações hediondas de exceção cometidas pelos agentes públicos demonstra desmobilização com o tema, complacência e até um nível de sadismo. Ab’Sáber evidencia que essa política consciente poderia ser caracterizada também como “nossa simpatia prática para com ditaduras e torturadores” (AB’SÁBER, 2010:188).

A herança dessa política autoritária e antidemocrática só poderia ser expressa em índices sociais semelhantes aos de países africanos, na polícia brasileira, que é a que mais mata no mundo, no desrespeito aos direitos humanos nas delegacias e presídios, nos quais a tortura continua sendo uma prática cotidiana e na concentração de renda brasileira, que é uma das maiores do mundo. Enquanto isso, os assassinos e torturadores da ditadura militar não sofreram nenhum tipo de punição ou constrangimento público ou político, pelo contrário, estão aposentados e condecorados ou ainda exercendo função pública dentro do Estado. Ab’Sáber observa a vontade política contrária a tornar esses fatos plenamente conscientes, pois são fruto de um modelo de Estado baseado na desigualdade, no autoritarismo e no consumo.

Contudo, há na literatura da ciência política brasileira autores que defendem o modelo de transição conciliada da ditadura para a democracia, sem a revisão e a

elucidação da perversidade do regime militar, pois entendem que foi a melhor saída para a unificação da nação e a garantia de funcionamento das jovens instituições democráticas. Esses autores acreditam que retomar o assunto hoje também poderia causar danos às instituições democráticas após os mais de vinte anos da Nova República, porém o pensamento não procede, como demonstra estudo coordenado pela cientista política norte-americana Kathryn Sikkink (2007). O estudo, realizado em diversos países, inclusive o Brasil, demonstra que os países que deram visibilidade, julgaram e puniram os criminosos dos regimes autoritários sofrem menos abusos de direitos humanos em suas democracias, ou seja, o estudo evidencia a relação direta entre a impunidade da violência praticada pelo Estado no passado e a cultura de violência nos dias atuais, sendo um entrave para o avanço do estado de direito no Brasil.

A violência do estado brasileiro continua mesmo quando o comando do Executivo está nas mãos de antigos opositores do regime militar, que, de maneira controversa, recorrem ao uso do aparato militar contra os civis do país. Como no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que em maio de 1995 enviou tropas do Exército para acabar com uma greve de petroleiros na Bahia, com a ordem de atirar para proteger o patrimônio da refinaria. Também durante o governo FHC, em outubro de 1996, mil homens do Exército desalojaram garimpeiros que ocupavam uma área que pertencia à União e que seria explorada pela Vale.

O presidente Lula também utilizou o Exército, em 2008, para proteger a construção de casas no morro da Providência, no Rio de Janeiro, a pedido do senador Marcelo Crivella, que concorria à prefeitura do Rio de Janeiro. E a presidenta Dilma utilizou o Exército na repressão às manifestações contra a realização da Copa do Mundo de futebol, em 2014.

O uso do Exército contra os cidadãos, a manutenção das prerrogativas constitucionais autoritárias e a ampliação do papel das Forças Armadas na democracia demonstram como os militares continuam controlando posições estratégicas no Estado brasileiro. Mesmo em governos de opositores ao regime, caso de FHC, Lula e Dilma, os militares aceitam a subordinação ao poder civil até o ponto em que seus interesses não são contrariados.

O poder militar persiste porque conta com o consentimento de segmentos civis nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Zaverucha explica a não-superação desses enclaves autoritários pelo fator risco:

Em caso de baixo risco de ameaça aos interesses dos conservadores, estes apoiam o aprofundamento (consolidação) da democracia. Ou seja, medidas que levem os militares e policiais a obedecerem regularmente aos comandos civis. Em caso de médio risco de ameaça, se aceita uma democracia apenas eleitoral, sem que isso signifique a garantia de direitos civis. Alto risco de ameaça significa apoio à volta de um governo

semiautoritário, com pouca competição política, ou autoritário, sem nenhuma competição política. (ZAVERUCHA, 2010: 73)

Os setores conservadores, enxergando o compromisso apenas tático da esquerda com a democracia liberal, entendem que seus interesses, como a manutenção da propriedade privada, estão ameaçados, e necessitam do apoio militar para reprimir a ameaça. Por outro lado, quando os conservadores entendem que o risco é baixo, com uma esquerda previsível – que aceita a propriedade privada, então o cenário é favorável ao aprofundamento da democracia, e o apoio militar não é necessário, pois a esquerda deixa de ser uma ameaça.

Os conservadores sempre foram maioria no Congresso Nacional, por diversos fatores, como, por exemplo, o financiamento privado de campanha eleitoral – tema que não irei aprofundar neste trabalho, e possuem bandeiras claras pela propriedade privada e segurança. Estes políticos, atuando no Congresso, só concordam em aprofundar a democracia quando estiverem convencidos que há baixos riscos para seus interesses, como na ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Poder, publicando a “Carta ao Povo Brasileiro”, que, resumidamente, foi uma declaração pela manutenção da propriedade privada e do Estado neoliberal no governo do presidente Lula.

Historicamente, a esquerda, outrora revolucionária no período militar, agora tem que provar, constantemente, que nada fará para ameaçar o poder do setor conservador – dado que a Guerra Fria foi vencida pelo sistema capitalista e, neste cenário de incertezas, a direita mantém a aliança com as instituições coercitivas.

Em um cenário de modelo capitalista de exaltação do consumo, do mercado e da vida privada, a desigualdade está no centro das relações de poder. A impunidade da elite rica, que criou raízes profundas e espúrias com o Estado, é normatizada em forma de tortura e desprezo aos direitos humanos, enquanto a violência sistemática com a população pobre e excluída é mantida. O próprio desenho de cidade é excludente, pautado pelo movimento especulativo, acumulativo e fetichista do capital, deixando em segundo plano as necessidades públicas e coletivas. Todo esse modelo vencedor, iniciado nas ditaduras capitalistas pelo mundo, encontra no Brasil um nível conservador considerável, evidenciado por uma cultura de não problematização, seja da herança da ditadura ou das questões atuais, rebaixada à ordem do consumo.

O estado de exceção permanente encontra o seu soberano no capital, representado pela elite conservadora aliada aos aparatos repressivos do Estado.

Pesquisadores do cenário atual da América Latina, como Juan Méndez, Guillermo O'Donnell e Paulo Sérgio Pinheiro, entendem que a relação nítida das Forças Armadas com a democracia e o histórico de violações dos direitos humanos pós-ditaduras caracterizam a vigência de um não-estado de direito, evidenciando a



anomalia criada. Contudo, Paulo Arantes diverge dessa colocação, pois o tratamento dado à elite oligárquica é repleto de direitos, portanto, o termo mais apropriado para a realidade seria o de um estado oligárquico de direito:

(...) um regime jurídico-político caracterizado pela ampla latitude liberal-constitucional em que se movem as classes confortáveis, por um lado, enquanto sua face voltada para a ralé, que o recuo da maré ditatorial deixou na praia da ordem econômica que ela destravou de vez, se distingue pela intensificação de um tratamento paternalista-punitivo.

(ARANTES, 2010: 216)

O filósofo Vladimir Safatle destaca essa paralisia política brasileira, entre governos oligárquicos e populistas, mas mesmo em governos considerados populistas por alguns autores, como do presidente Lula, a supremacia do estado oligárquico de direito é reincidente.

Ab'Sáber (2010) completa a reflexão sobre a democracia brasileira como uma "terra em transe pacificada pelo mercado", e continua, "o que restou da ditadura militar foi simplesmente tudo (...) menos a própria ditadura". O Brasil segue sendo um país autoritário e extremamente excludente, que ainda não enfrentou toda a sua desigualdade social histórica. Este "Brasil em transe" continua arcaico e conservador: milhares de pessoas foram inseridas na sociedade pelo consumo, mas continuam distantes da real inserção política e social.

Observando a complexidade da cultura de violência contemporânea brasileira, pacificada pelo mercado e pelo consumo, percebe-se como a ditadura militar foi absolutamente vitoriosa em seu ideário de vida social. No contexto atual, os princípios de autoridade e violência regem a dinâmica da vida social, como regiam no Estado militar, com o mesmo objetivo de garantir a ordem capitalista e de legitimar a impunidade do Estado biopolítico brasileiro. A democracia atual é obra do regime militar, como profetizou Diaz em seu já citado discurso: "Aprenderão, dominarei esta terra, botarei essas históricas tradições em ordem, pela força, pelo amor da força, pela harmonia universal dos infernos, chegaremos a uma civilização".

O filme *Terra em transe* mostra a situação de transe daquele momento, em que o país girava em círculos repetitivos da história, e vai além, profetizando que o regime autoritário prestes a começar levaria a um segundo estágio de transe pela perpetuação do autoritarismo e da violência, sem a superação das desigualdades e a inserção social.

Não por acaso, é muito comum estarmos à volta com o significante *terra em transe*, para definirmos algo indefinível, fantástico, absurdo e terrível que por vezes se configura entre nós, algo que se abre e se apresenta como realidade concreta, de valor político e de expressão social real. Qual é a natureza desse transe, que é uma forma histórica e uma forma

de história, foi o grande problema do filme, que ao compreendê-lo profetiza mesmo que estaríamos instalados nesse tipo de mal, a partir do golpe militar por mais de cem anos. (AB' SÁBER, 2010: 197)

A população do “Brasil em transe” segue como Paulo Martins ao final do filme, como o corpo que cai no vazio, representando toda a negatividade da alienação do início de uma nova sociedade. Este “Brasil em transe” é o estado de exceção de Giorgio Agamben, lugar onde é difícil definir os limites entre a ação política e o ordenamento jurídico, lugar onde se encontra a exceção, exceção que é modo de agir do Estado na democracia.

A herança viva da ditadura na democracia brasileira surge na forma do estado de exceção, expondo uma indistinção entre o democrático e o autoritário no estado de direito. A violência originária de uma época sombria da história brasileira continua viva nas delegacias e prisões através da tortura, continua viva com a Lei da Anistia de 1979 que igualou vítimas a torturadores.

A Lei da Anistia configurou a anulação da possibilidade de justiça e, somada à “sala de tortura”, que não foi discutida nos debates de transição, sendo, portanto, um valor político herdado de forma objetiva e subjetiva na configuração da democracia brasileira, formam, segundo Teles (2007), a exceção política em que a “matabilidade da vida exposta ao terrorismo de Estado vem a ser incluída no ordenamento social e político”.

Ao final da ditadura, o capital encontrou campo livre para prosperar no Brasil, com a supremacia das necessidades do mercado sobre as despesas sociais, utilizando da força quando fosse necessário estabelecer a “ordem”. A democracia, que deveria ser o sistema político capaz de minimizar as diferenças entre os indivíduos, encontrou, no país, as disparidades na distribuição de renda e riqueza, além da assimetria no acesso à justiça, em que os incluídos contam com direitos e os excluídos, com a violência.

Impossível pensar na violência e tortura dos dias atuais sem lembrar da violência praticada pela ditadura. Uma nação democrática não pode ser formada através do silêncio e do esquecimento. Essa impunidade não pode sacrificar os direitos humanos cotidianamente, como o regime militar assim o fez. O Brasil continua em transe, eternizando violências em um aparente estado de direito.

Referências

AB'SÁBER, Tales. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BENTES, Ivana. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. **Revista Alceu**, v. 8, n. 15, p. 242 – 255, 2007.

BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de cinema**: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Noel dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. A representação do negro em dois manifestos do cinema brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 377-394, 2017.

COSTA, José Filipe. Uma teoria por um cinema da realidade: uma leitura de Theory of Film, the Redemption of Physical Reality, de Siegfried Kracauer. 2006. Disponível em: http://www.doc.ubi.pt/01/jose_filipe_costa_kracauer.pdf. Acesso em: 10 dez. 2015.

DELEUZE, Gilles. **Cinema II**: a imagem-tempo. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FARIA, Octávio de. **Cinema Novo**. Revista Brasileira de Cultura, n. 1, p. 49-60, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: vontade de saber. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

HAMBURGER, Esther. Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a ideia de espetáculo. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 78, p. 113-128, 2007.

GOMES, Isabelle Sena; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. Os discursos de corpo bem dito, mal dito e não dito: uma análise a partir de filmes. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 4, n. 38, p. 414-421, 2016.

KRACAUER, Siegfried. **De Caligari a Hitler**: uma história psicológica do cinema alemão. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LEBEL, Jean-Patrick. **Cinema e Ideologia**. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

LIMA, Marília Xavier; ALVARENGA, Nilson Assunção. O afeto em Deleuze: o regime cristalino e o processo afetivo da imagem-tempo no cinema. **Esferas**, n. 1, p. 27-36, 2012.

PINTO, Leonor. **O cinema brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil 1964-1988**. 2016. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/textos.asp>.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROCHA, Glauber. **Estética da fome**. Disponível em: http://www.tempoglauber.com.br/t_estetica.html. Acesso em: 10 dez. 2015.

RAMOS, Paulo Roberto. Nelson Pereira dos Santos: resistência e esperança de um cinema. **Estudos Avançados**, v. 21, n.59, p. 323-352, 2007.

SCHMITT, Carl. **Théologie politique**. Paris: Gallimard, 1988.

SENN, Orlando. Preto-e-branco ou colorido: o negro e o cinema brasileiro. **Revista de Cultura Vozes**, v.73, n.3, p. 211-26, 1979.

SIKKINK, Kathryn; WALLING, Carrie Booth. The impact of human rights trials in Latin America. **Journal of Peace Research**, v. 44, n. 4, p. 427-445, 2007.

SILVEIRA, Renato. Glauber e a ira do orixá. **Revista USP**, n.39, p. 88-115, 1998.

SIMONARD, Pedro. **A geração do cinema novo**: para uma antropologia do cinema. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

TELES, Edson. Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia. Memória política

em democracias com herança autoritária. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-10102007-150946/pt-br.php>. Acesso em: 04 mar. 2016.

TERRA em transe. Direção: Glauber Rocha. Brasil: Mapa Filmes, 1967.

XAVIER, Ismail. **Alegorias do subdesenvolvimento**: cinema novo, tropicalismo e cinema marginal. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

XAVIER, Ismail. **Cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

XAVIER, Ismail (org.). **A experiência do cinema**. Edições Graal: Embrafilme, 1983.

XAVIER, Ismail. **O olhar e a cena**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real!**: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo, 2003.

Submetido em 04 de janeiro de 2019 / Aceito em 01 de abril de 2019